

A C A C E

C N F

1 6 0 5 8 / 7 0

1 / 1

CONFIDENCIAL

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVICO NACIONAL DE INFORMACOES
AGENCIA REGIONAL DE SAO PAULO
INFORMACAO Nº 363 / SJI/ASP/1970
(SC-1 (16/19) nº 060/70)



DATA : 29 Jun 70
ASSUNTO : Frei TITO DE ALENCAR LIMA
REFERÊNCIA:
DIFUSÃO : SNI/AC



- 16058
1. Encaminha-se carta assinada pelo Frei TITO DE ALENCAR LIMA, e dirigida ao Dr KARL GOTTSCHALD, Pastor da Igreja Luterana em PORTO ALEGRE/RS, e Presidente da Confederação Evangélica do Brasil.
 2. Conferência visual da assinatura feita nesta Agência mostra ser a mesma apócrifa. O insólito apelo aí contido, porém, não encontrou eco, vindo afinal, a correspondência a ser encaminhada a esta Agência. O tom da carta é agressivo e impertinente, malgrado as citações do Evangelho.
 3. Sobre TITO DE ALENCAR LIMA consta nesta Agência o seguinte: filho de Ildefonso Rodrigues Lima e de Laura Alencar Lima, brasileiro, natural de FORTALEZA/CE, nascido aos 14 Set 45. Desde 1 962, quando fazia o curso científico no CEARA, já se integrava no Movimento Estudantil. Exerceu a vice-presidência da União Cearense dos Estudantes Secundários, pertenceu à J E C (Juventude Estudantil Católica) e integrou o grupo de esquerda católica dirigido por Frei CARLOS JOSAFÁ DE OLIVEIRA (jornal "BRASIL URGENTE"). Por volta de 1 964, por intermédio de Frei BARUEL DE LAGNET, dominicano de RECIFE/PE, iniciou o noviciado naquela cidade, onde ficou internado até o ano de 1 966. Em 1 967 - transferiu-se para o Convento dos Dominicanos de São Paulo, a fim de fazer o curso de Estudos Maiores da Ordem. - Em princípios de 1 968 conheceu CATARINA MELLONI, líder estudantil da ala mais radical da U E E paulista, com quem colaborou. A partir de Fev 68, atendendo a apelo de Frei OSWALDO AUGUSTO REZENDE JUNIOR, passou a integrar - uma Base de Apoio da chamada "ALA MARIGHELLA". Cumprindo determinação de Frei OSWALDO, realizou juntamente com - Frei LUIZ FELIPE RATON uma viagem de levantamento de área propícia à luta de guerrilhas, nas regiões de ARAQUACEMA, ARAQUAÍNA, TOCANTINÓPOLIS e IMPERATRIZ. A seguir manteve encontros e entendimentos com diversos líderes do Movimento Estudantil sendo convidado por WLADIMIR PALMEIRA a com parecer ao frustrado XXX Congresso da ex-U N E, em IBIUNA/SP, em Out 68, onde veio a ser preso. Depois da libertação pela Polícia, manteve novo contato com JOAQUIM CAMARA FERREIRA, vulgo "TOLEDO". De princípios de 1 969 até meados de Out do mesmo ano, esteve afastado do movimento berroista, ao qual retornou a pedido de Frei FERNANDO DE

(continua)

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

INFORMAÇÃO Nº /SNI/ASP/70 (SS1612n2 060/70) FLS. 2 (continuação)

FERNANDO DE BRITO, que lhe deu a missão de se introduzir no clero mais jovem a fim de arregimentar novos elementos para a "ALA MARIGHELLA". Todavia, antes de executar esta missão, em princípios de Nov 69, foi preso pelas autoridades policiais.

4. Dos fatos narrados no relatório, atribuído ao frade, é verídica a visita que lhe fizeram o Juiz Auditor e o Bispo - Auxiliar após a tentativa de suicídio.
5. A carta e o relatório são encaminhadas também ao II Exército e à Secretaria da Segurança. A esta os documentos originais recebidos, para os fins que se fizerem mister.
6. Esta Chefia, em cumprimento a encargo recebido, entregou - as altas autoridades da Igreja Católica um documento contendo a verdade sobre as prisões de religiosos. Parece que a difusão do mesmo documento ao Presidente da Confederação Evangélica do Brasil completaria sua finalidade.

ANEXO: 2 Documentos.

////////////////////////////////////

A Revolução de 64 é irreversível e
consolidará a Democracia no Brasil.

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL
PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO
DESTE DOCUMENTO. (Art. 62 - Dec.
N.º 60.417/67 - Regulamento para Salva-
guarda de Assuntos Sigilosos).

CONFIDENCIAL

São Paulo, 10 de abril de 1970.

Doc. 2
3

Exm^a. Sr.
Presidente KARL GOTTSCHALD
Rua Senhor dos Passos, 202
PORTO ALEGRE, RS

Prezado Pastor:

Estou muito preocupado com a atitude da Confederação Evangélica Brasileira frente aos problemas da nossa Pátria. Daqui há 20 anos quando contarem a história do Brasil dirão que: a) em 1963/1964 houve uma época de baderna generalizada - e que a Confederação nada fez; em 1964 - houve uma revolução facistóide e em muitas igrejas de boa teologia se fizeram verdadeiros crimes, com "dedações" e "expurgos" que fariam inveja ao Partido Comunista da Rússia. Esse expurgo afetou a própria C.E.B.; c) Gradualmente as polícias, tanto civil, forças públicas, como polícias militares, foram seguindo a regra de um país nazista: os bons elementos foram saindo e maus elementos entraram e permanecendo. Uma onda de torturas só conhecida nos tempos modernos na Alemanha e Haiti foi percorrendo o país. Muitos membros das Igrejas evangélicas mesmo da sua igreja, Luterana, tem dado o seu testemunho contra essa monstruosidade. Todavia, é impressionante como a C.E.B. não representa o povo protestante. Nenhum protesto, nenhum testemunho! E o Sr. passou a ser citado no estrangeiro como um inocente útil da ditadura, que nega, a existência de torturas - que sequer arranjou tempo para ser apresentado a dois torturados!

Anexo, pois para seu conhecimento o meu caso. Se quiser ouvir de minha boca dezenas de casos, fora os narrados no documento anexo, venha visitar-me - se tiver coragem. Aí verá entre meus companheiros de 21 e 22 anos mais de 20 com estenose de uretra devido aos choques elétricos recebidos nessa região. Depois poderá sair e cumprir sua missão de Presidente da C.E.B., isto é, "passar de largo".

Seu irmão torturado,

Tito de Almeida Lima
Frei Tito de A. Lima

Fui levado do Presídio Tiradentes para a "Operação Bandeirantes" - OB (polícia do Exército) no dia 17 de fevereiro de 1970, 3ª feira, às 14 horas. O capitão Maurício que veio buscar-me em companhia de dois policiais disse: "Você vai agora conhecer a sucursal do inferno". Algemaram minhas mãos, jogaram-me no porta-malas da perua. No caminho as torturas tiveram início: utiladas na cabeça e no pescoço, apontavam-me seus revólveres.

Prêso desde novembro de 1969, eu já havia sido torturado no Doops. Da mesma vez tive minha prisão preventiva decretada pela 2ª auditoria do Guerra da 2ª região militar. Fiquei sob responsabilidade do juiz-auditor Dr. Nelson Guimarães. Soube posteriormente que este juiz autorizou minha ida para a O. B. sob "garantia de integridade física".

Ao chegar a O.B. fui conduzido a sala de interrogatórios. A equipe do Capitão Maurício passou a acariar-me com duas pessoas. O assunto referia-se ao Congresso da UNE, em Ibiuna, em outubro de 1968. Queriam que eu esclarecesse os fatos ocorridos naquela época. Apesar de declarar nada saber, insistiram para que eu "confessasse". Pouco depois levaram-me para o "pau-de-arara". Dependurado nu, com mãos e pés amarrados, recebi choques elétricos de pilha seca, nos tendões dos pés e na cabeça. Eram seis os torturadores comandados pelo capitão Maurício. Davam-me "telefonemas" (tapas nos ouvidos) e barravam impróprios. Isto durou cerca de uma hora. Descansei 15 minutos ao ser retirado do "pau-de-arara". O interrogatório reiniciou. As mesmas perguntas sob utiladas e ameaças. Quanto mais eu negava mais fortes as pancadas. A tortura, alternada de perguntas, prosseguiu até às 22 horas. Ao sair da sala tinha o corpo marcado de hematomas, o rosto inchado, a cabeça pesada e dolorida. Um soldado carregou-me até a cela 3 onde fiquei sozinho. Era uma cela de 3 por 2,5 metros, cheia de pulgas e baratas, terrível mal cheiro, sem colchão ou cobertor. Dormi de barriga vazia sobre o cimento frio e sujo.

Na quarta-feira fui acordado às 8 horas. Subi para a sala de interrogatórios onde a equipe do capitão Homero me esperava. Repetiram as mesmas perguntas do dia anterior. A cada resposta negativa eu recebia utiladas na cabeça, nos braços e no peito. Neste ritmo prosseguiram até o início da noite, quando serviram-me a primeira refeição naquelas 48 horas: arroz, feijão e um pedaço de carne. Um prêso da cela ao lado da minha, ofereceu-me copo água e cobertor. Fui dormir com a advertência do Capitão Homero que no dia seguinte enfrentaria a "equipe da pesada".

Na quinta-feira, três policiais acordaram-me a mesma hora do dia anterior. De estâncio vazio, fui para a sala de interrogatórios. Um capitão cercado por sua equipe, voltou às mesmas perguntas. "vai ter que falar senão vai daqui morto", gritou. Logo depois vi que aquilo não era apenas uma ameaça, era quase uma certeza. Sentaram-me na "cadeira do dragão" (com chapas metálicas e fios), descarregaram choques nas mãos, nos pés, nos ouvidos e na cabeça. Dois fios foram amarrados nas minhas mãos e um na orelha esquerda. A cada descarga eu estranhava tudo, como se o organismo fosse desconpor.

5

Da sessão de choques passaram-me ao "pau-de-arara". Mais choques, pauladas no peito e nas pernas a cada vez que elas se curvavam para aliviar a dor. Uma hora depois, com o corpo todo ferido e sangrando, desmaiei. Fui reanimado. Conduziram-me a outra sala dizendo que passariam a carga elétrica pa ra 230 volts a fim de que eu falasse "antes de morrer". Não chegaram a fazê-lo. Voltaram às perguntas, batiam em minhas mãos com palmatórias. As mãos ficaram roxas e inchadas, a ponto de não ser possível fechá-las. Novas pauladas. Era impossível saber qual parte do corpo doía mais; tudo parecia massacrado. Mesmo que quisesse não poderia responder às perguntas: o raciocínio não se ordenava mais, restava apenas o desejo de perder novamente os sentidos. Isto durou até as dez horas, quando chegou o capitão Albervaz.

"Nosso assunto agora é especial" disse o capitão Albervaz. Ligou os fios em meus membros. "Quando venho para a O.B. - disse - deixo o coração em casa. Tenho verdadeiro pavor a padre e para matar terrorista nada me impede: guerra é guerra, ou se mata ou se morre. Você deve conhecer fulano e sicrano (citou o nome de dois presos políticos que foram bárbaramente torturados por ele); darei a você o mesmo tratamento que dei a eles e choques o dia todo. Todo "não" que você disser maior a descarga elétrica que vai receber". Eram três militares na sala. Um deles gritou: "Quero nomes e aparelhos (enderêços de pessoas)". Quando respondi "não sei" recebi uma descarga elétrica tão forte, diretamente ligada a tomada, que houve um descontrole de minhas funções fisiológicas. O capitão Albervaz queria que eu dissesse onde está o Frei Ralton. Como não soubesse levei choques durante 40 minutos. Quería o nome de outros padres de São Paulo, do Rio e Belo Horizonte, "metidos na subversão". Partiu para a ofensa moral: "Quais os padres que têm amantes? Por que a Igreja não expulsa eles? Quem são os outros padres terroristas? etc!". Declarou que o interrogatório dos dominicanos feito pelo Deops tinha sido a "toque de caixa" e que todos os religiosos presos iriam a O.B. prestar novos depoimentos. Receberiam também o mesmo "tratamento". Disse que "a Igreja é corrupta, pratica a agiotagem, o Vaticano é dono das maiores empresas do mundo". Diante de minhas negativas aplicaram-me choques, davam-me socos, pontapés e pauladas nas costas. À certa altura o capitão Albervaz mandou que eu abrisse a boca para receber "a hóstia sagrada". Introduziu um fio elétrico. Fiquei com a boca toda inchada, sem poder falar direito. Gritavam difamações contra a Igreja, berravam que os padres são homossexuais porque não se casam. As 14 horas encerraram a sessão. Carregado, voltei a cela onde fiquei estirado no chão.

As 16 horas serviram jantar mas não consegui comer. Minha boca era uma ferida só. Pouco depois levaram-me "para uma explicação". Encontrei a mesma equipe do capitão Albervaz. Voltaram as mesmas perguntas, repetiram as difamações. Disse que, em vista de minha resistência às torturas, concluiu que eu era um guerrilheiro e devia estar escondendo minha participação em assaltos a bancos. O "interrogatório" continuou para que eu confessasse os assaltos: choques, pontapés nos órgãos genitais e no estômago, palmatória, pontas de cigarro apagadas em meu corpo. Durante cinco horas apanhei como um cachorro. No fim fizeram-me passar pelo "corredor polones". Avisaram que aquilo era a

"estréia" do que iria ocorrer com os outros dominicanos. Quisera deixar-me dependurado toda a noite no "pau-de-arara", mas o capitão Albernaz objetou: "Não é preciso. Quero ficar com êle aqui mais dias. Se não falar serrá quebra do por dentro, pois sabemos fazer as coisas sem deixar marcas visíveis. Se sobreviver jamais esquecerá o preço de sua valentia".

Na cela eu não conseguia dormir. A dor crescia a cada momento, sentia a cabeça três vezes maior que o corpo. Angustiava-me a possibilidade de os outros frades sofrerem o mesmo. Era preciso pôr um fim àquilo. Sentia que não ia aguentar mais o sofrimento prolongado. Só havia uma solução: matar-me. Na cela cheia de lixo encontrei uma lata vazia. Comecei a amolar sua ponta no cimento. O preso ao lado pressentiu minha decisão e pediu que eu me acalmasse. Também havia sofrido; mais do que eu (teve os testículos esmagados) e não chegara ao desespero. Mas no meu caso tratava-se de impedir que outros viessem a ser torturados e denunciar à opinião pública e à Igreja o que se passa nos cárceres brasileiros. Só com o sacrifício de minha vida isso seria possível, pensei. Como havia um Novo Testamento na cela, lia paixão segundo São Mateus. O pai havia exigido o sacrifício do Filho como prova de amor aos homens. Desmaiei envólto em dor e fé.

Na sexta-feira fui acordado por um policial. Havia ao meu lado um novo preso, um rapaz português que chorava pelas torturas sofridas durante a madrugada. O policial advertiu-me: "o senhor tem hoje e amanhã para decidir falar. Senão a turma da pesada repete o mesmo pau. Já perderam a paciência e estão dispostos a matá-lo aos pouquinhos". Voltei aos meus pensamentos da noite anterior. Nos pulsos eu havia marcado o lugar dos cortes. Continuei amolando a lata. Ao meio dia tiraram-me para fazer a barba. Descobri que eu iria para a penitenciária. Raspei mal a barba e voltei à cela. Passou um soldado e pedi que emprestasse-me a gilete para acabar a barba. O português dormia. Tomei a gilete, enfiei-a com força na dobra interna do cotovelo, no braço esquerdo. O corte fundo atingiu as veias vasílicas e a artéria. O jato de sangue manchou o chão da cela. Aproximei-me da privada, apertei o braço para que o sangue jorrasse mais depressa. Mais tarde recobrei os sentidos num leito do pronto socorro do Hospital das Clínicas. No mesmo dia transferiram-me para o Hospital Militar. O Exército temia a repercussão, não avisaram ninguém do que ocorreu comigo. No corredor do Hospital Militar o Capitão Maurício dizia desesperado aos médicos: "Doutor, êle não pode morrer de jeito nenhum. Temos que fazer tudo, senão estamos perdidos". No meu quarto a O.B. deixou dois soldados de guarda.

No sábado teve início a tortura psicológica. Diziam: "a situação agora vai piorar para você que é um padre suicida e terrorista. A Igreja vai expulsá-lo, etc". Não deixavam que eu refutasse, falavam o tempo todo, jogavam, contavam-me estranhas histórias. Percebi logo que, a fim de fugirem a responsabilidade de meu ato e o justificarem, queriam que eu enlouquecesse.

Na segunda a noite recebi a visita do juiz auditor acompanhado de um padre do convento e um bispo auxiliar de São Paulo. Haviam sido avisados pelos presos-políticos do Presídio Tiradentes. Um médico do Hospital examinou-me a frente deles, mostrando as hematomas e cicatrizes, os pontos recebidos no Hospital das Clínicas, as marcas das torturas. O juiz declarou que aquilo era "uma estupidez" e que iria apurar as responsabilidades. Só pedi a êle garantia de que eu não

7

voltaria a O.B., o que prometeu fazer.

Do fato fui bem tratado pelos militares do Hospital Militar, exceto os da OB, que montavam guarda em meu quarto. As irmãs vicentinas, deram-me toda a assistência necessária. Mas não se cumpriu a promessa do juiz. Na sexta-feira, dia 27, fui levado de manhã para a O.B. Fiquei numa cela até o fim da tarde, sem sair. Sentia-me tonto e fraco, pois havia perdido muito sangue e os ferimentos começavam a cicatrizar-se. À noite entregaram-me de volta ao Presídio Tiradentes.

É preciso dizer que o que ocorreu comigo não é exceção. É regra. Raros os presos políticos brasileiros que não sofreram torturas. Muitos, como Chael Schreider e Virgílio Gomes da Silva, morreram nas salas de torturas. Outros ficaram surdos, estereis, ou com outros defeitos físicos. A esperança desses presos, colocava-se na Igreja, única instituição brasileira fora do controle estatal-militar. Sua instituição é promover e defender a dignidade humana. Onde houver um homem sofrendo, é o Mestre quem sofre. À hora de nossos bispos disserem um banta às torturas, injustiças promovidas pelo regime, antes que seja tarde. A Igreja não pode omitir-se. As provas das torturas trazemos no corpo. Se a Igreja não se manifestar contra essa situação, quem fará? Ou seria necessário que eu morresse para que alguma atitude fosse tomada? Num momento como este o silêncio é omissão. Se falar é risco, muito mais é um testemunho. A Igreja existe como sinal e sacramento da justiça de Deus no mundo. "Não queremos irmãos, que ignoreis a tribulação que nos sobreveio. Fomos maltratados desmedidamente, além das nossas forças, a ponto de termos perdido a esperança de sair com vida. Sentíamos dentro de nós mesmas a sentença de morte; deu-se isso para que anissemos pôr a nossa confiança não em nós, mas em Deus, que ressuscita os mortos". (II Cor. 1,8-9).

FAÇO ESTE APÊLO E ESTA DENÚNCIA, A FIM DE QUE SE EVITE JAMANHÃ A TRISTE NOTÍCIA DE MAIS UM MORTO PELAS TORTURAS.

São Paulo (Brasil), março de 1970.

F

I

M